

Juliana Alves de Andrade | Nilton Mullet Pereira (Orgs.)

Ensino de História

e suas práticas de pesquisa



2ª edição – E-book

Juliana Alves de Andrade é licenciada, mestra e doutora em História. Desde 2007 pertence ao Corpo Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), atuando nos cursos de Licenciatura em História e Pedagogia, nas disciplinas do campo do Ensino de História. É professora do Mestrado Profissional em Ensino de História/Profhistória/UFPE. Atualmente, coordena o Grupo de Pesquisa intitulado “Núcleo de Estudos e Pesquisas em História, Educação e Culturas-NEPHECs”, onde desenvolve pesquisas sobre Avaliação da Aprendizagem em História.

Nilton Mullet Pereira é licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992), mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1998) e doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Pós-doutor em História Medieval na UFRGS. Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) na área de Ensino de História. Professor do Mestrado Profissional em Ensino de História – UFRGS. Pesquisa as relações entre a imaginação e a aprendizagem histórica.

Os leitores encontrarão neste livro quase a soma de todas as possibilidades de abordar questões relacionadas ao ensino de História. Os 47 autores que escreveram individual ou coletivamente os 27 capítulos deste livro permitem-nos compreender o estado da arte em nível europeu e americano em termos de investigação relacionada com o ensino da História, quer o façam da filosofia, da historiografia ou de diferentes abordagens psicológicas. Este livro constitui um material incontornável tanto para os alunos-professores como para os que os acompanham nos primeiros passos da carreira, bem como para os professores em exercício, incentivando visões analíticas e reflexivas sobre o seu trabalho cotidiano em sala de aula. É, ao mesmo tempo, um convite para valer-se dele, para dialogar com ele e a redobrar a aposta e para continuar a produzir na coincidência ou na dissidência criativa e benéfica.

Ana Zavala
Facultad de la Cultura,
Instituto Universitario –
Centro Latinoamericano
de Economía Humana.
Montevideo, Uruguay

**Ensino de História
e suas práticas de pesquisa**

**Juliana Alves de Andrade
Nilton Mullet Pereira
(Orgs.)**

Ensino de História e suas práticas de pesquisa

**2ª edição
E-book**



**São Leopoldo
2021**

© Dos organizadores – 2021

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos)

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Unisinos)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Unisinos)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Uninove)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Este projeto editorial e a reprodução de 200 exemplares foram financiados com recurso da CAPES, destinado aos núcleos UFPE, UFRGS, UFSC, UFMT, UEM e URCA, da rede PROFHISTÓRIA.

E59 Ensino de História e suas práticas de pesquisa. 2. ed. [e-book]. / Organizadores: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira – São Leopoldo: Oikos, 2021. 470 p.; il.; 16 x 23 cm. ISBN 978-65-86578-95-9
1. Estudo e ensino – História. 2. Professor – História. 3. Historiografia. I. Andrade, Juliana Alves de. II. Pereira, Nilton Mullet.

CDU 37.02:93

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

O ensino de História e os usos do passado: a ditadura civil-militar em sala de aula

Alessandra Gasparotto¹

Caroline Silveira Bauer²

Nos primeiros dias de abril de 2019, o então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou em uma entrevista que haveria “mudanças progressivas” nos livros didáticos que tratam do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar para “resgatar uma versão da história mais ampla”. Na ocasião, indicou que “o que ocorreu em 31 de março de 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira [...]” e defendeu que “não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força, porque era necessário naquele momento”. De acordo com o ministro, o “papel do MEC é garantir a regular distribuição do livro didático e preparar o livro didático de forma tal que as crianças possam ter a ideia verídica, real, do que foi a sua história”³. Sua fala, além de refutar os conceitos de golpe e ditadura para definir tais processos históricos, defendia uma “versão mais ampla”, reconhecendo o livro didático – e, em decorrência, o próprio ensino de História na escola – como uma ferramenta fundamental para que as crianças pudessem ter acesso a tal ideia “verídica, real” acerca de nosso passado recente.

Dessa forma, Vélez refletia, ao passo que potencializava, inúmeros discursos que têm se caracterizado por negar, falsificar ou relativizar a experiência ditatorial no Brasil. Para isso evocam argumentos que reivindicam a necessidade da intervenção civil-militar em 1964 em função do “perigo comunista” e denunciam a suposta ausência das versões dos “dois lados” na história produzida sobre o período, especialmente na academia. Opiniões como a do ex-ministro tem aderência de parcelas significativas da população e ancoram-se em uma vasta rede de criação de conteúdos que se constituiu nos últimos anos e disseminou novas narrativas sobre o período ditatorial, geralmente com caráter negacionista.

O presente capítulo busca identificar como esses diferentes discursos e sentidos produzidos sobre o período ditatorial no tempo presente atravessam as aulas de História nos Ensinos Fundamental e Médio. Ainda que a abordagem do tema esteja prevista nos documentos curriculares e na própria Base Nacional Curricular Comum⁴, são muitos os relatos de professores e professo-

ras da Educação Básica que revelam as dificuldades e os receios de tratar sobre a ditadura em sala de aula em função do incremento dos discursos negacionistas nos últimos anos e das tentativas de controle sobre os/as professores/as e sobre o currículo protagonizada por diferentes atores sociais. Além disso, precisam lidar com o desafio de ensinar sobre um período histórico cujas memórias – individuais e coletivas – são controversas e estão em disputa. Essas dificuldades e esses receios têm produzido recuos e interdições no que se refere ao tratamento de temáticas vinculadas a nosso passado recente na escola, que precisam ser compreendidas e problematizadas.

Nesse sentido, discorreremos, inicialmente, acerca de alguns elementos que se referem ao período ditatorial e aos usos desse passado, estabelecendo relações com o ensino de História. Em um segundo momento, propomos algumas reflexões acerca da abordagem de *histórias difíceis* e questões sensíveis em sala de aula, versando, de forma mais específica, sobre os desafios de ensinar sobre a ditadura civil-militar brasileira no tempo presente. Por fim, apresentamos algumas proposições para o tratamento do tema na escola, indicando alguns percursos possíveis e colocando-nos em diálogo com todos/as aqueles/as que enfrentam esses desafios no cotidiano de seu ofício.

Usos do passado e a ditadura civil-militar

“Usos do passado” é uma expressão utilizada para fazer referência às diferentes relações que estabelecemos com o passado, seja através de narrativas historiográficas ou de memórias, em seus mais diversos formatos (comemorações, monumentos, testemunhos, etc.). “Usamos” o passado a partir de um determinado espaço, por isso dizemos “usos públicos”, como referência ao espaço público; além de “usá-los” com finalidades específicas, educativas-instrucionais ou políticas, por exemplo. A partir dessas instrumentalizações, confere-se visibilidade ou se promove o esquecimento; legitimam-se políticas públicas; mobilizam-se questões étnicas e identitárias; estabelecem-se origens e rupturas. Independentemente do “uso” feito sobre o passado, essas narrativas são construídas ou evocadas a partir de um determinado presente, trazendo suas marcas nessa “utilização”.

Neste capítulo, em que relacionamos a ditadura civil-militar brasileira, o ensino de História e os usos do passado, encontramos um ponto em comum, a partir do qual gostaríamos de desenvolver nossa análise: o confronto entre as narrativas sobre a ditadura elaboradas em espaços formais de ensino e outras interpretações que circulam no espaço público, provenientes de diferentes experiências, memórias e opiniões. Cada vez mais, as salas de aula têm sido o

espaço dessa disputa narrativa. Por isso devemos explicitar diferentes usos do passado que atravessam as aulas sobre a ditadura, o que faremos no próximo tópico, propondo ainda algumas estratégias de intervenção nesse debate. Porém, primeiramente, faremos algumas breves considerações sobre as formas como a ditadura se relacionou com certos passados e como a ditadura foi instrumentalizada na democracia, a fim de exemplificar como se dão esses usos no espaço público.

Ainda que prevaleçam as menções sobre “usos do passado” em relação à ditadura a partir de uma instrumentalização política desse passado desde o presente, é preciso que lembremos que a própria ditadura “utilizou” determinados passados, com diferentes finalidades, ao longo de suas mais de duas décadas de duração. Citemos apenas um exemplo, talvez o mais explícito do período ditatorial. Nas comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil – que, por si só, se trata de um uso do passado –, certos personagens da história brasileira foram recuperados como heróis nacionais, como D. Pedro I e Tiradentes (CORDEIRO, 2015). Nessa conjuntura de celebração, reforçou-se o mito da “democracia racial” brasileira, assim como versões romantizadas a respeito dos povos originários. Essas representações sobre o passado foram elaboradas para, ao mesmo tempo, forjar e reforçar o nacionalismo ufanista da ditadura, a unidade nacional em torno do “ser brasileiro”, contrapondo-se aos discursos supostamente “subversivos” dos movimentos indígena e negro, que buscavam denunciar as políticas racistas do Estado, entre outras tantas justificativas.

Por isso falamos em usos, mas também em “abusos” (TODOROV, 2000; HUYSEN, 2004) em relação ao passado, de forma análoga às formas abusivas, enganadoras, irresponsáveis ou negligentes da História identificadas por Antoon de Baets (2013), utilizadas com o intuito de ludibriar.

Ainda que possamos identificar uma maior visibilidade nos debates públicos sobre a ditadura civil-militar nos últimos anos, em função dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e da ascensão política de grupos militares ou militarizados, a criação e a circulação de versões apologéticas e/ou negacionistas sobre a ditadura ocorreram ainda durante o regime ditatorial. A ditadura contribuiu, através da censura, da divulgação de informações falsas e das manifestações laudatórias de integrantes de seus governos, para forjar certas representações sobre o período, que ainda possuem, nos dias de hoje, muita aceitação e estabilidade não somente em “comunidades de memórias” mais restritas, como entre os militares e seus apoiadores, mas em grandes setores da sociedade.

Podemos fazer referência também a versões sobre a ditadura que se popularizaram a partir da publicação de livros autointitulados como “politicamente incorretos” ou, mais recentemente, através de documentários produzidos por empresas com um viés político-ideológico explícito, ainda que reivindeque uma neutralidade e objetividade.⁵

Entretanto é inegável que, nos últimos anos, tenha havido algumas modificações nessas narrativas apologéticas e negacionistas devido a fenômenos interligados entre si, como a web 2.0, as *fake news* e a pós-verdade, que fizeram com que essas versões tivessem uma difusão e um impacto sem precedentes devido à amplitude e à velocidade do alcance.

Usos do passado e ensino de História

Ao relacionarmos os usos do passado com o campo do ensino de História, outras questões tornam-se importantes. Primeiramente, devemos perguntar-nos onde ocorre essa “utilização”: se em ambientes formais de ensino-aprendizagem, como as escolas, ou em outros espaços, como os arquivos, meios digitais e midiáticos, museus, etc. A partir desse questionamento, podemos pensar as formas dos usos do passado, se em uma exposição feita por um professor ou professora ou em representações presentes nos livros didáticos, para falar do aprendizado formal, ou nas inúmeras formas de relacionamento com o passado que circulam pelas redes sociais, na televisão, em que é possível haver aprendizagem histórica. Em seguida, temos que refletir sobre como é realizado esse uso ou abuso, em relação a que período histórico, e nos possíveis problemas que incorre.

Como dissemos anteriormente, abordaremos a confluência entre a ditadura, o ensino de História e os usos do passado a partir do conflito, cada vez mais frequente em salas de aula, entre o conhecimento histórico sobre a ditadura e “versões” provenientes de memórias, negacionismos e opiniões. Muitas vezes, somos inquiridas pelos/as estudantes sobre “quem tem razão” em uma controvérsia sobre determinado acontecimento e devemos explicar aos alunos as diferenças entre conhecimento histórico e memórias e opiniões, afirmando que não existe equivalência entre essas narrativas, e nem todas as manifestações estão permitidas frente aos argumentos de liberdade de expressão e opinião que têm sido utilizados para a disseminação de discursos de ódio, além da apologia da ditadura civil-militar.

O ensino de História da ditadura civil-militar brasileira também possui uma história, que foi se alterando de acordo com mudanças na historiografia, com as novas gerações, suas culturas e suas demandas e com as modificações

das práticas docentes, o que se pode configurar como um desafio para os professores e as professoras. Não somente pelas dificuldades em lidar com um passado sensível, mas também porque as novas gerações estão distantes cronologicamente da ditadura, o que pode ocasionar nos/as alunos/as um distanciamento subjetivo, ainda mais porque muitos/as deles/as podem viver em situações de violação aos direitos humanos, não compreendendo as especificidades do período ditatorial.

O ensino de História diante de um passado sensível: o caso da ditadura civil-militar no Brasil

O que queremos dizer quando nos referimos a um passado sensível ou a temas sensíveis? Conforme Araújo, Silva e Santos (2013, p. 9):

A expressão “temas sensíveis” designa assuntos de um passado problemático. E um passado pode ser problemático de diversas formas. Pode se referir a um passado marcado pelo autoritarismo (como as ditaduras militares no Brasil e na América Latina); ou por elementos discriminatórios e racistas (como o governo de apartheid da África do Sul); ou a um passado marcado por violência traumática (como atos de genocídio e guerra civil). São temas sensíveis não apenas porque é difícil falar sobre eles, mas, principalmente, porque não há ainda, na maioria dos casos, um consenso da sociedade sobre o que dizer e como falar sobre esse passado. Em muitos casos, os processos de memória, trauma e reparação ainda estão em curso e diferentes versões ainda estão em disputa – tanto na memória como na História.

A designação de um passado ou de um tema enquanto sensível remete a processos e acontecimentos muito diversos, mas de forma geral abarca eventos traumáticos, vinculados a situações extremas de violência e opressão – como é o caso da escravidão negra nas Américas ou das experiências ditatoriais latino-americanas – e que forjam memórias e interpretações diferentes e controversas. O que faz com que tais passados ou temas sejam definidos enquanto “sensíveis” depende de uma série de fatores: não é algo dado, tampouco nos toca a todos/as da mesma forma. Alguns são mais delicados para determinados grupos sociais do que para outros. Além disso, elementos que são estruturantes das desigualdades, tais como raça, gênero e classe social, imprimem diferentes sentidos às experiências individuais e coletivas inscritas nesses passados sensíveis.

Compreendemos, assim, que esses temas se referem a questões “vivas”, carregadas de emoções, complexas, que implicam o confronto de valores e interesses e que são importantes “para o presente e o futuro em comum” (TUTIAUX-GUILLON apud GIL; EUGÊNIO, 2018, p. 142).

Nesse sentido, esses temas situam-se nas fronteiras do que o historiador Bodo von Borries (2011) conceitua como *burdening history*, que remete a histórias “pesadas” ou histórias difíceis, cuja transmissão, abordagem e aprendizagem carregam uma série de desafios. De acordo com o autor, elas são difíceis justamente porque mobilizam uma série de sentimentos, como culpa, responsabilidade, vergonha e luto. Ele cita como exemplo o Holocausto, que provoca lamento e luto entre parte significativa dos/as jovens alemães contemporâneos (BODO VON BORRIES apud SCHMIDT, 2015).

Há outro caso interessante, relatado em um estudo sobre a abordagem de dois temas considerados difíceis no âmbito do ensino de História em Israel: o Holocausto e os conflitos árabe-israelenses, com ênfase na questão dos refugiados palestinos no tempo presente. No que se refere ao Holocausto, que se constitui em um evento traumático em que havia, por parte dos/as estudantes, uma identificação com as vítimas, o autor concluiu que eles/as se sentiam atraídos e manifestavam satisfação ao estudar o tema, assim como os/as professores/as ao ensiná-lo. Por outro lado, diante das abordagens acerca da questão palestina, que também envolve experiências traumáticas, tais como a deportação de palestinos pelas forças armadas israelenses, muitos/as estudantes manifestavam uma postura defensiva. O autor afirma ainda que os/as professores/as reagiram com hesitação diante da inclusão desse tema nos currículos escolares e muitas vezes evitavam sua abordagem (GOLDBERG, 2018). Por que a recepção daqueles/as estudantes a esses temas é tão diferente? Que tipo de sentimentos (e julgamentos) cada um deles suscita? As reflexões do autor permitem-nos perceber que a simpatia e a resistência (ou aversão) a tratar de determinados temas se vinculam à possibilidade de identificação com as histórias contadas, às formas como tais histórias mobilizam diferentes emoções (medo, vergonha, ódio) e o quanto tensionam ou reforçam o sentimento de pertencimento e a identidade em relação a determinados grupos e coletividades.

Assim se evidencia que há diferentes elementos, situações e condições que tornam uma história difícil de ser ensinada e que o grau de dificuldade também se modifica ao longo do tempo. Há períodos em que determinados temas podem ressoar mais sensíveis, enquanto em outros momentos podem ser recepcionados e apreendidos com menor dificuldade.

Isso não significa que não seja possível – e necessário – ensinar sobre tais temas. Para além da sensibilização que a sua abordagem potencializa, as reflexões que oportunizam, justamente por sua complexidade, são fundamentais para a construção do conhecimento histórico.

No que se refere ao período ditatorial no Brasil, há vários elementos que tornam esse passado difícil de ser abordado nas escolas. Trata-se de um

tema que é atravessado por memórias – individuais, familiares, comunitárias, que são divergentes e estão em disputa. Essas disputas de memórias e os sentidos atribuídos ao passado ditatorial pelos/as diferentes sujeitos que habitam a escola refletem-se de diferentes formas. Circulam no espaço escolar fragmentos dessas memórias, opiniões diversas e uma série de noções cristalizadas acerca desse passado. Alguns estudos têm evidenciado que é muito comum os/as estudantes manifestarem percepções de que durante a ditadura havia mais segurança e crescimento econômico e não havia corrupção, por exemplo.⁶

Essas percepções tendem a relativizar a lógica e a violência ditatorial em função desses outros aspectos que são vistos como positivos. E, em alguns momentos, essas noções contrapõem-se aos saberes da própria disciplina. Nesse processo, a abordagem do/a professor/a por vezes é tratada como uma opinião (que pode contrastar com a opinião do/a estudante ou de seus familiares); também são comuns as acusações de que o/a professor/a ou o livro didático não apresentam os “dois lados” dessa história. A versão de que a história da ditadura se resume a “dois lados” que travaram uma “guerra” durante o período configura uma visão reducionista acerca de nossa experiência ditatorial, que é comumente utilizada para justificar a política repressiva do regime e as violações de direitos humanos perpetradas. Tal versão é reproduzida em espaços e materiais (livros, vídeos, documentários, *sites*, etc.) produzidos e difundidos em diferentes mídias e embasam discursos negacionistas ou que relativizam a própria ditadura.

Por outro lado, ainda que os livros didáticos e manuais escolares tenham se qualificado nos últimos anos, muitos deles continuam reproduzindo uma narrativa sobre o período baseada em uma abordagem linear e cronológica, que introduz o tema a partir de cada um dos cinco presidentes ditadores e enfatiza o binômio repressão e resistência, operando em uma lógica que reforça a ideia de um conflito entre “dois lados”. A censura e a tortura comumente são abordadas nesses materiais, mas estão desvinculadas de uma discussão mais ampla que permita problematizar o que tornou possível tais experiências, por que (e por quem) elas foram implementadas e toleradas por tanto tempo e quem apoiou o golpe e a ditadura. Além disso, poucas vezes há uma problematização que permita conectar a violação de direitos humanos no período com as experiências de violência e desrespeito aos direitos humanos no tempo presente – que provavelmente estão inscritas na realidade de muitos/as de nossos/as estudantes.

Além disso, o alcance limitado das políticas de memória sobre a ditadura no Brasil (e sua efetivação tardia) contribuiu para que o tema fosse marcado pelo silêncio e pelo esquecimento. As “marcas” tangíveis em relação a esse

passado ditatorial são pouco visíveis. Em algumas cidades, especialmente nas capitais, é possível encontrar espaços de memória, museus, arquivos que reúnem documentação sobre o período, monumentos em homenagens às vítimas, obras artísticas, placas identificando instalações policiais ou militares utilizadas pela repressão, onde ocorreram torturas e outras violações de direitos humanos. A presença dessas “marcas” no espaço público é importante porque garante maior visibilidade a esse passado e contribui para a constituição de uma pedagogia da memória. Em cidades do interior, geralmente, essas marcas são menos visíveis e contrastam com inúmeras homenagens a ditadores e/ou apoiadores grafadas em monumentos, nomes de ruas ou mesmo de escolas, acrescentando mais um ingrediente nas disputas de memória acerca do período ditatorial.

Em função de todos os elementos apontados acima, é imprescindível que os/as professores/as, ao abordarem o tema, utilizem ferramentas adequadas, lancem mão de diferentes fontes de pesquisa, desenvolvam uma abordagem que contemple experiências diversas vivenciadas durante a ditadura no Brasil e oportunizem que os/as estudantes se apropriem de alguns conceitos fundamentais para o seu entendimento. No que se refere ao uso de fontes e documentos em sala de aula, além de suas potencialidades em termos didáticos, eles são importantes porque permitem que os/as estudantes vislumbrem os procedimentos de pesquisa dos/as historiadores/as e compreendam que o conhecimento histórico não se constitui apenas em mais uma “versão” acerca dos acontecimentos ou se equipara a uma opinião. Trata-se de um conhecimento construído a partir de fontes e vestígios, amparado por procedimentos teóricos e metodológicos e que, portanto, tem outros atributos.

Diferentes relatos de professores e professoras acerca de suas experiências ao abordar o tema na Educação Básica revelam que é fundamental um cuidado em relação à metodologia. Aqui citamos dois exemplos: o texto de Verena Alberti (2014), que desenvolveu um projeto sobre a “descomemoração” dos 50 anos do golpe de 1964 com suas turmas de Ensino Médio em uma escola do Rio de Janeiro, e a dissertação de mestrado de Eleandro Viana da Rosa (2020), que realizou um projeto direcionado a estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental sobre as disputas de memória em torno da ditadura civil-militar em Taquari, um pequeno município no interior do Rio Grande do Sul, onde nasceu o ditador-presidente Costa e Silva. Ambos relatam os cuidados que tiveram em preparar os materiais de pesquisa, apresentar as referências aos/as estudantes, garantir espaços de debate e escuta, informar a direção e as coordenações pedagógicas de suas escolas sobre as atividades programadas.

Esses cuidados podem resguardar o professor ou a professora e dar maior respaldo para o trabalho em sala de aula. Aqui estamos tratando de experiências de professores/as que desenvolveram projetos mais ousados e de longa duração em relação ao período ditatorial, mas cabe também para aqueles/as que pretendem abordar qualquer tema considerado sensível ou controverso. Dessa forma, muitas dificuldades ou possíveis resistências se reduzem e ações que inicialmente são direcionadas a uma série ou turma específica podem refletir-se em toda a escola.

Outro elemento fundamental na abordagem do tema diz respeito à criação de espaços de discussão e de escuta dos/as estudantes, ainda que reproduzam “mitos” ou que muitas de suas percepções sobre o período ditatorial sejam equivocadas. Alberti (2014, p. 2) salienta que “uma das recorrências na literatura sobre o ensino de questões sensíveis ou controversas é a necessidade de um ambiente seguro, onde alunos e professores se sintam confortáveis para discutir o assunto, bem como o fato de os professores e a escola estarem dispostos a correr riscos”.

Pensando nesses riscos e partindo de nossas experiências como educadoras, gostaríamos de propor algumas estratégias para o ensino de História da ditadura civil-militar a partir das demandas do nosso tempo presente. São proposições, não prescrições, porque acreditamos que existem inúmeras realidades de ensino e aprendizagem e diferentes características de alunos/as, variáveis que precisam ser levadas em consideração no planejamento e na montagem dos planos de aulas e propostas pedagógicas.

Acreditamos que seja importante as/os docentes abordarem as especificidades da ditadura a partir de uma perspectiva interseccional, explicitando que os pertencimentos de classe, de raça/etnia e de gênero influenciaram a experiência da repressão e da resistência. Assim, podemos conferir visibilidade, por exemplo, às vivências da população LGBTQIA+, de negros e negras, das mulheres, dos camponeses e camponesas e dos povos originários.

Da mesma forma, incentivamos que as professoras e os professores realizem outras abordagens sobre a ditadura civil-militar que não somente em relação à sua faceta repressiva. Isso não significa ignorar ou minimizar a repressão, mas problematizar a ideia de que a ditadura é apenas violência física. Assim, é possível trabalhar as políticas públicas desenvolvidas pela ditadura na educação (a importância estratégica da educação e as reformas ocorridas), na habitação e na moradia (remoções das populações empobrecidas dos centros urbanos), na moralidade (englobando os papéis de gênero e as sexualidades), entre tantas outras questões.

É fundamental trabalhar com o tema também em uma perspectiva local e regional. Como professoras e trabalhando na formação continuada de outros/as professores/as, deparamo-nos com relatos de que estudantes por vezes afirmam que a ditadura “ocorreu” apenas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo ou nas grandes capitais, que em outras localidades “não aconteceu nada”. Partimos da ideia de que todos/as os/as cidadãos e cidadãs que viveram aquele período em todo o território nacional estavam sob a jurisdição do mesmo Estado e de suas políticas. Portanto não há como não ter havido nada. Essa afirmação pode ser proveniente do desconhecimento, o que é uma excelente oportunidade para fomentar o papel de professor-pesquisador e de professora-pesquisadora e desenvolver com os/as discentes investigações sobre as histórias local e regional. Tal iniciativa, além de aproximar os/as estudantes da história do lugar onde vivem, permite envolver familiares e vizinhos, ouvir testemunhos de pessoas mais velhas e desenvolver habilidades de pesquisa, forjando assim novos sentidos para esse passado ditatorial.

As falas de estudantes que compartilham relatos familiares “positivos” ou “saudosos” sobre a ditadura ou percepções equivocadas sobre o período precisam ser escutadas em sala de aula. Essas memórias existem, circulam na sociedade, e é importante que elas sejam problematizadas nas aulas de História, para que se identifique se se trata de um problema de desconhecimento histórico ou da experiência específica de determinado grupo. Impedir que elas aflorem ou taxá-las imediatamente como algo “errado” ou “inverídico” reduz a possibilidade de discutir com a turma sobre como as memórias sobre a ditadura foram constituídas no Brasil e por que algumas se tornaram hegemônicas em detrimento de outras. É fundamental que o/a professor provoque os/as estudantes a interpelar essas memórias, a compreendê-las em seus contextos e especificidades, chamando a atenção para os limites e as diferenças entre a memória e a História.

Aulas sobre ditaduras e experiências autoritárias constituem-se em um momento singular para discutir sobre o conceito de direitos humanos, sobre sua afirmação e sobre as violações de direitos ocorridas tanto em períodos ditatoriais como no tempo presente. É fundamental pensar os direitos humanos a partir das experiências de nossos/as estudantes, estabelecendo conexões com suas vivências e mobilizando afetos e reflexões. Isso permite que sejam estabelecidos vínculos entre diferentes tempos e sujeitos históricos, para os quais a questão dos direitos humanos é fundamental.

Caso o professor resolva utilizar a internet como ferramenta ou recurso didático, sugerimos uma reflexão sobre a alfabetização internética juntamente com a alfabetização histórica. As opiniões e as versões historiográficas que

circulam na web não deixarão de existir e cada vez mais proliferarão. Nesse sentido, é importante que os professores desenvolvam em seus alunos habilidades para o uso da internet, adotando uma postura de “curadores” (ARAÚJO, 2017) ou “mediadores” de espaços em que conteúdos de melhor qualidade possam ser consumidos. Sem a pretensão de advogar por um monopólio do passado por parte da História, assim como o privilégio da condução dos debates públicos, pode-se adotar a postura recomendada por Mateus Pereira de pensar a crítica histórica como uma função mediadora e qualificadora entre as diversas memórias e representações do passado presentes nas batalhas para conferir sentido ao passado, contribuindo “ao oferecer opções éticas melhores e mais justas a partir da sua função crítica” (PEREIRA, 2015, p. 895).

Por fim, encerramos este texto enfatizando que, a despeito de qualquer dificuldade, a abordagem de temáticas vinculadas a nosso passado ditatorial na escola é imprescindível, não apenas pelo *lugar* que o tema ocupa na História do Brasil contemporâneo, mas porque o seu ensino e aprendizagem estão vinculados a um certo *dever de memória* que remete à necessidade de lembrar – e aprender com – as experiências traumáticas que caracterizaram o período, para que não se repitam. Além disso, o ensino desse e de tantos outros passados sensíveis permite conhecer e questionar os modos de viver e os valores de determinados grupos e sociedades em uma perspectiva histórica. Eles se constituem em ferramentas importantes para provocar nossas certezas e visões de mundo e abrir janelas para o exercício da empatia e da alteridade. Que assim seja.

Sugestões de leitura e fontes

SIAN – Arquivo Nacional: <<http://sian.an.gov.br/>>. Reúne a documentação compilada e produzida pela Comissão Nacional da Verdade, além dos documentos dos órgãos repressivos da ditadura civil-militar brasileira.

Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) <www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br>. O Centro integra, em rede, diferentes arquivos com o objetivo de reconstituir a memória social sobre as lutas políticas que marcaram a história recente do Brasil. Nesse portal, é possível consultar documentos e acessar multimídias interativas e exposições virtuais sobre o período ditatorial, como é o caso da “Rota das passeatas”, “Linha do Tempo” e “Brasil Nunca Mais”.

BNM: Digital: <<http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Disponibiliza a íntegra do material documental que serviu para a elaboração do livro “Brasil: Nunca Mais”.

Memórias da ditadura: <<http://memoriasdaditadura.org.br/>>. Uma iniciativa do Instituto Vladimir Herzog, que reúne imagens, materiais didáticos, textos e vídeos sobre a ditadura. Nesse site, há uma série chamada “Sequências didáticas”, em que são dispo-

nibilizadas atividades específicas para diferentes momentos, características ou temas relativos ao período ditatorial.

História da ditadura: <<https://www.historiadaditadura.com.br/>>. Um espaço que reúne textos e outros materiais sobre o período da ditadura civil-militar brasileira. Há uma seção específica chamada “Na escola”, onde há textos sobre o ensino de temáticas relativas às ditaduras e propostas de atividades e planos de aula com sugestões de abordagem sobre tais temáticas.

Referências

ARAÚJO, Valdei. “O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída”. In: GUIMARÃES, Gêssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 191-216.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: Anais eletrônicos – Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades, Caicó, RN, 2014. Disponível em: <http://cnhc.ufrn.br/wp-content/uploads/2019/11/Anais_com_Resumos_IX_CNHCS_2019-1.pdf>.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirre dos Reis (orgs.). *Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/ditadura-militar--versao-final.pdf/@download/file/Ditadura%20militar._.%20Vers%C3%A3o%20final.pdf>.

BAETS, Antoon de. Uma teoria do abuso da História. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 17-60, 2013.

CARNEIRO, Anita Natividade. *A História Youtubada: A Ditadura Civil-Militar Brasileira no Youtube*. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Bacharelado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; EUGENIO, Jonas Camargo. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. *Revista História Hoje*, v. 7, n. 13, p. 139-159, 2018.

GOLDBERG, Tsafri. *On Whose Side Are You?: Difficult Histories in the Israeli context*. In: EPSTEIN, Terrie; PECK, Carla. *Teaching and learning difficult histories in international contexts: A critical sociocultural approach*. New York: Routledge, 2018.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (dirs.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Enquête, 2001.

HUYSEN, Andreas. *Resistencia a la Memoria: los usos y abusos del olvido público*. XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Intercom, 2004, Porto Alegre.

MALERBA, Jurandir. Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a História?: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History. *História da Historiografia*, v. 7, n. 15, p. 27-50, 2014.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 39, n. 80, p. 37-59, 2019.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 57, p. 863-902, set./dez. 2015.

PEREZ, Rodrigo (orgs.). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p. 191-216.

RAMOS, Márcia Elisa Tetê. O mau professor de história segundo os “Guias politicamente incorretos de história”. *Fronteiras: Revista de História*, Dourados-MS, v. 18, n. 31, p. 99-122, jan./jun. 2016.

ROSA, Eleandro Viana da. *Memórias em Disputa: A ditadura civil-militar e o ensino de História*. Dissertação (Mestrado – PROF.HISTÓRIA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; MIRALLES, Pedro. As pessoas tentam, mas a história difícil não é facilmente descartada: o lugar dos temas controversos no ensino de história. *Revista Antíteses*, Londrina, v. 11, n. 22, p. 484-493, jul./dez, 2018.

TODOROV, Tzvetan; SALAZAR, Miguel. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

ZANOTTO, Mayara. *Professora, e Bento onde estava enquanto isso? O Desenvolvimento da consciência histórica pelo viés local e uso de documentário sobre as ditaduras no Brasil*. Qualificação de Dissertação (Mestrado), Universidade de Caxias do Sul, 2019.

¹ Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: sanagasparotto@gmail.com.

² Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universitat de Barcelona. Pesquisadora do Cnpq. E-mail: caroline.bauer@ufrgs.br.

³ Ministro promete mudar livros didáticos por “visão mais ampla” da ditadura. *El País*, 3 de abril de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/04/politica/1554334968_202816.html>.

⁴ No que se refere à área de História, a BNCC do Ensino Fundamental prevê para o 9º ano a unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946” e lista como “objetos do conhecimento” questões como “Os anos 1960: revolução cultural?”, “A ditadura civil-militar e os processos de resistência”, “As questões indígena e negra e a ditadura” e “O processo de redemocratização”. Entre as habilidades relativas à essa unidade, a

BNCC prevê que o/a estudante possa “(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos. (EF09HI20) Discutir os processos de resistência e as propostas de reorganização da sociedade brasileira durante a ditadura civil-militar. (EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura. (EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988”. BRASIL, BNCC, p. 430-431. No que se refere à área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na etapa do Ensino Médio, não há uma indicação específica relacionada ao tema da ditadura civil-militar no Brasil. Apenas estão contemplados, de forma genérica, conceitos como autoritarismo, ditadura e democracia. Uma das habilidades prevê “(EM13CHS602) Identificar e caracterizar a presença do paternalismo, do autoritarismo e do populismo na política, na sociedade e nas culturas brasileira e latino-americana, em períodos ditatoriais e democráticos, relacionando-os com as formas de organização e de articulação das sociedades em defesa da autonomia, da liberdade, do diálogo e da promoção da democracia, da cidadania e dos direitos humanos na sociedade atual”, por exemplo. BRASIL, BNCC, p. 579. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>.

⁵ Sobre os “guias politicamente incorretos”, cf. MALERBA (2014). Sobre o Brasil Paralelo, cf. a vídeo-aula de Fernando Nicolazzi, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=R71LxS5FhD8>>. Sobre a relação entre historiadores e jornalistas, cf. OGASSAWARA e BORGES (2019).

⁶ Ver, por exemplo: Zanotto (2019), Rosa (2020) e Carneiro (2018).